

ALTERAÇÕES AO CÓDIGO DO TRABALHO

PIORAM SECTOR DO TURISMO

O Sindicato tomou conhecimento, ontem, do Acordo assinado pelo Governo, UGT e Patrões e não pode deixar de tomar uma posição pública de repúdio pelo conteúdo do referido Acordo.

Para além de subscrever as críticas feitas desde o início pela CGTP-IN relativas, designadamente à criação do *banco de horas e horários concertados*, que visam tornar o trabalho mais barato, ao isentar na prática o patronato de pagar horas suplementares e pôr em causa, de forma grave, o direito constitucional dos trabalhadores à conciliação da sua vida pessoal e familiar com a actividade profissional; que pretende levar á *caducidade a contratação colectiva*, mesmo aquela que tem a sobrevigência livremente regulamentada entre as partes; que põe em causa o principio do *tratamento mais favorável*, deixando os trabalhadores, parte mais fraca, completamente desprotegidos perante o capital, parte mais forte; que facilita os *despedimentos individuais e colectivos*; que não garante um verdadeiro combate ao *trabalho precário ilegal e clandestino*; que reduz a taxa social da segurança social podendo pôr em causa a sustentabilidade da segurança social, etc., etc., etc., o Sindicato tomou conhecimento de mais alterações não previstas no início do processo negocial que, se forem aprovadas, pioram a situação do sector do turismo.

Assim, o Acordo prevê um período de *experiência de 180 dias*. Ora, em sede de contratação colectiva no sector foi acordado com a associação patronal reduzir de 90 dias que prevê o Código do Trabalho em vigor para 60 dias, exactamente para combater o trabalho ilegal e clandestino. Agora o Governo, com o apoio da UGT e dos patrões, quer aumentar para 180 dias o período experimental, o que facilita o aumento do trabalho clandestino que atinge já mais de 30% dos trabalhadores da restauração e bebidas. Se esta alteração for aprovada, os patrões não precisam de fazer contratos a termo sazonais e podem despedir os trabalhadores a qualquer momento durante todo o período de época alta.

O Acordo vem legalizar o trabalho ilegal e clandestino no que toca também aos eventos turísticos ao facilitar a contratação de trabalhadores até uma semana seguida e 60 dias anuais.

No Inverno, na época baixa, (*trabalho intermitente*) os trabalhadores ficam desempregados e recebem *parte da retribuição* mas não se prevê quanto, nem se podem aceder ao subsídio de desemprego.

O Acordo discrimina os trabalhadores afectos ao sector do turismo prevendo que as empresas possam obrigar os trabalhadores a gozarem *75% das suas férias fora do período normal de 1 de Maio a 31 de Outubro*.

Nunca houve problemas na marcação de férias no sector. Em geral, a regra é de marcação de 15 dias no inverno por escolha da empresa e 15 dias no verão por escolha

do trabalhador. E nunca em sede de contratação colectiva este problema foi colocado pelos patrões.

Mas o descaramento do Governo e dos seus parceiros habituais de concertação social vai mais longe ao prever a criação de um **Grupo de Trabalho** composto apenas pelos **patrões e Ministérios do Trabalho, Fianças e Economia**, excluindo por isso os sindicatos, tendo em vista a **melhoria da competitividade e da qualificação dos recursos humanos do sector**.

Recorde-se que é exactamente neste sector da restauração que trabalham mais de 30% de trabalhadores ilegais e clandestinos, muitas dezenas de milhares de trabalhadores a nível nacional, que em situação de desemprego, doença ou reforma ficam sem qualquer protecção social. É neste sector que existe mais trabalho não declarado à segurança social, em que os trabalhadores, por vezes, recebem o dobro do salário extra recibo, que há um incumprimento generalizado dos direitos dos trabalhadores, no que toca designadamente à formação profissional, ao pagamento dos feriados, de folgas trabalhadas, onde se trabalha quase sempre mais que o previsto na lei havendo jornadas de trabalho de 10, 12 e mais horas diárias sem pagamento do trabalho suplementar, da ausência da medicina no trabalho, da ausência de condições mínimas de segurança, higiene e saúde no trabalho, etc., etc., etc., e com certeza não é para dar combate a esta situação social grave que os "parceiros" criaram o grupo de trabalho.

Este Acordo não resolve nenhum problema do sector, bem pelo contrário, agrava-os. A grande rotação de trabalhadores existente vai aumentar porque o sector não oferece condições mínimas de trabalho, paga salários muito baixos, não há respeito pelos direitos e os trabalhadores "**fogem do sector como o diabo da cruz**". Nem o aumento de inspectores do trabalho vai resolver nada porque a ACT não actua de forma eficaz e coerciva, é uma autoridade que não se afirma como tal mas como uma "parceira" dos patrões, conciliadora, informativa, autoreguladora e conselheira.

O sector do turismo tem sido sempre discriminado negativamente na Lei. Já hoje, pelo Código do Trabalho, os patrões não têm obrigação de pagar subsídio nocturno e pagar o trabalho em dia feriado como suplementar, sendo obrigados a pagar apenas pelo Contrato Colectivo de Trabalho assinado em sede de contratação colectiva.

A Direcção do Sindicato já fez seguir um protesto para o Ministério do Trabalho repudiando as alterações propostas ao Código do Trabalho e exigindo a sua integração no Grupo de Trabalho se este vir a ser criado.

Porto, 27 de Junho de 2008

A Direcção